



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

17303 - Resumo Expandido - Trabalho - 16ª Reunião Científica Regional da ANPEd - Sudeste (2024)  
 ISSN: 2595-7945  
 GT 12 - Currículo

**FORMAÇÃO COMO CONTROLE DA DOCÊNCIA: SENTIDOS DE PROFESSOR NA PNA**

Marize Peixoto da Silva Figueiredo - UERJ/FEBF - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

**FORMAÇÃO COMO CONTROLE DA DOCÊNCIA: SENTIDOS DE PROFESSOR NA PNA**

Orientado por perspectivas pós-estruturais de currículo (Lopes, 2018), o trabalho aponta para a hegemonia de um discurso identificado na Política Nacional de Alfabetização – PNA (Brasil, 2019) que relaciona de forma linear as propostas curriculares de formação de professores e a produção curricular docente. Tal formação discursiva é potencializada pela centralidade que a aprendizagem alcança na política, possibilitando a significação da docência como ensino – de conhecimentos da língua escrita – capaz de preencher a falta de aprendizagem expressa nos resultados de avaliações realizadas em âmbito nacional e internacional. Entendendo a relevância da alfabetização nas interações sociais contemporâneas, argumenta-se que a fantasia de antecipação e de controle total do currículo produzido pelo professor, através da formação docente, se constitui tentativa fracassada de definir de uma vez por todas o fundamento para a alfabetização e expulsar a imprevisibilidade própria do diferir nos processos de significação da docência.

A PNA se institui como via para erradicação do analfabetismo absoluto e funcional que comprometem a trajetória escolar dos estudantes, possibilitando a melhoria da qualidade da alfabetização “[por] fomentar programas e ações voltados à alfabetização com base nas mais recentes evidências científicas[...]” (Brasil, 2019, p. 40). A ciência cognitiva da leitura é o nome da evidência científica, recomendando que “[...]a leitura deve ser objeto de um ensino explícito em suas diferentes dimensões[...]” (Brasil, 2019, p. 28), expulsando da articulação discursiva outras produções científicas que têm contribuído para pensar a alfabetização. Opondo-se à significação da aprendizagem da leitura e da escrita como algo natural e

espontâneo, aponta para problemas no ensino da leitura que bloqueiam a compreensão do princípio alfabético e das correspondências entre grafema e fonema, deixando a cargo dos alunos intuí-las.

O conhecimento da alfabetização baseada em evidências científicas se apresenta como condição para constituir uma docência que responda à totalidade das demandas na área da alfabetização, endereçando sentidos para a formação de professores como instrumento de controle. O professor alfabetizador é significado como sujeito da falta do conhecimento das evidências científicas em alfabetização para saber fazer aprender a ler e a escrever. Uma falta a ser preenchida por uma formação de professores que acompanhe o progresso científico e metodológico no campo do ensino e da aprendizagem da leitura e da escrita das últimas décadas do século XX.

Nesse contexto, a formação de professores se institui como instrumento de controle da produção curricular docente por possibilitar acesso ao conhecimento privilegiado para pensar as relações de ensino e aprendizagem no contexto de alfabetização. A demanda por ensino sistemático e explícito, significado como “[...] evidência que afeta diretamente a pessoa que ensina” (Brasil, 2019, p. 20), possibilita a centralidade da prática na formação de professores.

O Programa Tempo de Aprender se constitui para [...]melhorar a qualidade da alfabetização em todas as escolas públicas do Brasil” (Brasil, 2020a, p.1), tendo como o primeiro de seus eixos a Formação Continuada de Profissionais de Alfabetização – professores alfabetizadores, de educação infantil e gestores das redes públicas de ensino –.

No Curso Práticas de Alfabetização, primeira ação do programa voltada a professores alfabetizadores e assistentes de alfabetização, destaca-se a necessidade de uma formação continuada baseada em evidências científicas, “[...] com uma abordagem extremamente prática e voltada para o dia a dia da sala de aula” (Brasil, 2020b).

Todos os conteúdos se guiam pelos ditames das evidências científicas, no sentido de que o ensino da alfabetização deve ser explícito e sistemático. Explícito no sentido de não ser ambíguo ou implícito, ou seja, deve-se dizer diretamente para criança aquilo que se deseja ensinar; e Sistemático, no sentido de que deve ser ensinado de forma integral, em todas as partes, considerando o total dos conteúdos num todo coerente e articulado. (Brasil, 2022, p.61-62)

A formação inicial de professores é significada como o lugar da falta de conhecimentos para o ensino explícito e sistemático requerido.

Daqueles que registraram ser estudantes de curso de ensino superior [que fizeram o Curso], 97,8% declararam que seu curso é na área de Educação. Desses que cursam na área educacional, 97,4% declararam que os conteúdos do curso Formação Continuada em Práticas de Alfabetização supriram uma lacuna em sua formação inicial. (Brasil, 2022, p.59-60)

O discurso que relaciona a identidade do professor a ser formada e o alcance de uma dada docência expulsa da cadeia discursiva a complexidade dessa produção curricular contextual constituída em processos relacionais imprevisíveis, incapazes de serem reduzidos a relações de ensino e aprendizagem, a relações com o conhecimento. As noções de currículo

como prática discursiva, como processos de significação que se constituem na interseção entre diferentes discursos sociais e culturais, ajuda a pensar a produção das políticas de formação de professores em possibilidades outras, auxiliando na desestabilização da possibilidade de definir, de uma vez por todas, um fundamento, uma racionalidade capaz de explicar, prever e controlar na totalidade a produção curricular nas escolas pela formação docente.

Ressalta-se a dimensão radicalmente relacional da docência, atravessada por diferentes discursos que se hibridizam na produção curricular – das ciências da formação, das políticas públicas curriculares, das tradições e inovações educacionais, das ciências que transitam nos tempos/espços institucionais –, possibilitando a ressignificação de sentidos disponíveis no campo da discursividade educacional, na relação com alunos, famílias, comunidade escolar, agentes educacionais outros, diferentes instituições escolares, histórias e percursos individuais e coletivos, em contextos discursivos que sempre escapam à previsibilidade e ao cálculo. A produção curricular do professor alfabetizador se constitui na decisão razoável – não necessária –, em resposta aos diferimentos constantes que caracterizam os processos de significação do currículo.

Defende-se, portanto, a impossibilidade de uma racionalidade única para a docência e a potencialidade de uma formação de professores sempre aberta a apostas, a possibilidades outras de significação das produções curriculares contextuais em alfabetização, estas últimas sempre atravessadas pela complexidade e assim, incapazes de serem pensadas por uma única dimensão da cultura.

Palavras-chave: currículo pós-estrutural; formação de professores; Política Nacional de Alfabetização.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. **Política Nacional de Alfabetização**. Brasília: MEC, SEALF, 2019. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/images/CADERNO\\_PNA\\_FINAL.pdf](http://portal.mec.gov.br/images/CADERNO_PNA_FINAL.pdf) Acesso em: 06/05/2020

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Portaria 280/MEC**. Brasília: Ministério da Educação, 19 fev. 2020a. Assunto: Programa Tempo de Aprender. Disponível em: [https://alfabetizacao.mec.gov.br/images/pdf/portaria\\_280\\_19\\_02\\_2020\\_consolidada.pdf](https://alfabetizacao.mec.gov.br/images/pdf/portaria_280_19_02_2020_consolidada.pdf) . Acesso em: 31/10/2023.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Formação Continuada em Práticas de Alfabetização**. Brasília: MEC, SEALF, 2020b. Disponível em: <https://avamec.mec.gov.br/#/instituicao/sealf/curso/5401/informacoes> . Acesso em 31/10/2023.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Relatório de Programas e Ações: 2019 a 2022**. Brasília: MEC, SEALF, 2022. Disponível em: [https://alfabetizacao.mec.gov.br/images/pdf/relatorio\\_sealf\\_2019\\_2022.pdf](https://alfabetizacao.mec.gov.br/images/pdf/relatorio_sealf_2019_2022.pdf) Acesso em: 31/10/2023

LOPES, A. C. Políticas de currículo em um enfoque discursivo: notas de pesquisa. In:

LOPES, A. C.; OLIVEIRA, A. L. A. R. M.; OLIVEIRA, G. G. S. (orgs). **A Teoria do Discurso na Pesquisa em Educação**. Recife: Ed. UFPE, 2018. p. 133-168.